

Contribuição à Consulta Pública - Proposta de Contrato de Energia de Reserva - CER para comercialização de energia elétrica produzida pelo Complexo Termelétrico Jorge Lacerda - CTJL, de que trata a Lei nº 14.299, de 5 de janeiro de 2022

A **Associação Brasileira da Indústria do Hidrogênio Verde – ABIHV**, associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, que congrega empresas atuantes em toda a cadeia de valor do Hidrogênio Verde, vem, respeitosamente, apresentar sua contribuição à **Consulta Pública nº 177 de 08/10/2024**, a qual traz proposta de Contrato de Energia de Reserva - CER, elaborado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

A Associação Brasileira da Indústria de Hidrogênio Verde (ABIHV) é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, constituída por grupos de empresas que atuam em toda cadeia de valor do Hidrogênio Verde e dos seus derivados, com o objetivo de contribuir ativamente para o desenvolvimento das condições necessárias à produção desses recursos de forma competitiva no Brasil, sempre se pautando por uma atuação diversa, inclusiva e socialmente responsável.

À medida que os efeitos climáticos se asseveram, a sociedade e comunidade internacional como um todo têm cada vez mais requerido ações decisivas para mitigar os impactos destas mudanças. Transformar o discurso e os compromissos em ações efetivas que conduzam as economias para um futuro sustentável que tenha como base a utilização prioritária e majoritária de modos de uso, consumo e produção sustentáveis é um imperativo de única direção, inexistindo espaço para retrocessos e flexibilização em sentido oposto.

Não de hoje, os Relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) têm destacado que a queima de carvão é uma das principais fontes de emissão de gases de efeito estufa. A Agência Internacional de Energia (IEA) também sublinha que a continuidade do uso de usinas a carvão impede o cumprimento das metas climáticas globais estabelecidas no Acordo de Paris.

Tendo esta realidade fática em contexto, diversos países já vêm adotando diretrizes para a substituição da participação do carvão em suas matrizes energética por fontes de energia renovável, optando pelo encerramento gradual de plantas a carvão ativas e, coerentemente, eliminando de seu planejamento futuro a abertura de novas plantas alimentadas pelo combustível.

O Brasil tem se empenhado para liderar a agenda verde do futuro e, como tal, tem um papel fundamental no fomento de uma cultura global alinhada a um novo modelo econômico: justo, sustentável e baseado em energia limpa. Assim, o apreço pelas diretrizes internacionais e a busca por uma economia de baixo carbono são essenciais para fortalecer o posicionamento do Brasil nos mercados externos.

Como a ABIHV destaca rotineiramente, a exportação de tecnologias e soluções verdes devem se tornar o novo pilar econômico do nosso país, pioneirismo este que só pode ser alcançado com um processo de descomissionamento planejado de fontes historicamente poluentes. Comunicar de forma assertiva e transparente ao mercado e à sociedade nosso

Compromisso com a descarbonização é crucial para ganhar a confiança e o apoio na implementação dessas mudanças.

A experiência do Reino Unido na eliminação progressiva do carvão oferece lições valiosas para o Brasil. O país europeu estabeleceu um modelo regulatório ancorado em quatro princípios-chave: aumentar a disponibilidade de fontes alternativas de energia, cessar a construção de novas usinas movidas a carvão, precificar o carbono de forma a estimular financiamento de alternativas energéticas menos emissoras e estabelecer uma linha do tempo clara para um processo de *phase out* do carvão.

No cenário brasileiro, muitas tem sido as iniciativas direcionadas a um processo de descarbonização da economia. Mencione-se, por exemplo, as iniciativas voltadas a precificar as externalidades e valorizar os atributos ambientais dos novos projetos. Com o Projeto de Lei do Sistema de Comércio de Emissões Brasileira sendo discutido no legislativo, e o objetivo próximo de se adotar um sistema nacional de precificar o carbono e exigir a redução de emissões, mostra-se contraproducente e economicamente desvantajoso iniciativas que simultaneamente procurem atrair investimento em usinas fósseis, que uma vez constituídas tem uma vida útil longa e necessária para compensarem o investimento realizado, agravando-se o fato, pela ausência de um plano claro de descomissionamento destas e análise detalhada dos custos ambientais associados vis a vis as metas climáticas assumidas pelo país.

A confiança no compromisso governamental com a descarbonização é vital para que o setor privado invista em energias renováveis. Assim, é imperioso que o Brasil alinhe sua estratégia rumo ao objetivo da sustentabilidade. Medidas contraditórias criam fumaça comunicativa e prejudicam todo o esforço que o país vem empreendendo para liderar esta agenda e potencializar a sua enorme vocação verde.

É neste contexto que a ABIHV, principal voz da indústria de hidrogênio verde e derivados no país, vem respeitosamente fazer as suas contribuições à Consulta Pública em tela, visando enriquecer o debate público e impulsionar o potencial brasileiro em relação à transição energética.

1. Da necessidade de alinhamento com as Políticas Climáticas Brasileiras

A manutenção e a ampliação do uso de termelétricas movidas a carvão no Brasil evidenciam uma desconformidade preocupante com as políticas climáticas nacionais que visam a mitigação dos impactos ambientais e a transição para uma economia de baixo carbono. A Política Nacional sobre Mudança do Clima, estabelecida pela Lei Federal nº 12.187/2009, consolida o compromisso do Brasil com a redução das emissões de gases de efeito estufa. Renovar o compromisso com o uso intensivo do carvão, como se pretende na proposta em análise, afasta o país dos objetivos delineados por essa política e que são cruciais para manter o Brasil alinhado aos compromissos assumidos internacionalmente, especialmente no contexto da NDC brasileira, que reafirma o compromisso do país de ter emissões líquidas zero até 2050.

Veja-se, a recente Lei Federal nº 14.904/2024, que institui os Planos de Adaptação Climática, demanda a implementação de diretrizes eficazes para adaptar nossa infraestrutura energética às mudanças climáticas. Esta legislação enfatiza a importância de monitoramento e avaliação de ações que possam mitigar impactos climáticos adversos.

Perpetuar ou alongar a dependência de combustíveis fósseis, como é o caso de se renovar a utilização de usinas a carvão, contradiz a finalidade da legislação climática em vigor, retarda o atingimento de metas assumidas pelo país. A necessidade de adaptação será agravada caso a dependência do carvão persista, tornando redundante os esforços legislativos para preparar o país para um futuro climático mais instável.

Além disso, a Política Nacional do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono, promulgada pela Lei Federal nº 14.948/2024, sublinha a relevância do hidrogênio verde como alternativa estratégica para a transição energética. Essa política visa aumentar a atratividade de projetos de hidrogênio verde através de um sistema de certificação e incentivos, promovendo uma matriz energética mais limpa e sustentável. Priorizar o carvão representa um forte descasamento dos incentivos oferecidos por esta lei, que busca dinamizar o setor energético nacional rumo a práticas mais limpas e inovadoras.

Na mesma linha, a Política Nacional da Qualidade do Ar, estabelecida pela Lei Federal nº 14.850/2024, busca impor mecanismos rigorosos de monitoramento e introduz o Índice de Qualidade do Ar (IQA) para avaliar o impacto dos poluentes atmosféricos na saúde humana. Termelétricas a carvão são fontes significativas de vários poluentes, como dióxido de enxofre, óxidos de nitrogênio e partículas finas, que contribuem para a degradação da qualidade do ar. A continuação do uso do carvão agrava a poluição do ar, andando em sentido contrário aos objetivos da nova política, que visa a melhoria da saúde pública através da redução dos níveis de poluição atmosférica.

Percebe-se, assim, que a utilização do carvão para geração de energia coloca o Brasil em descompasso com suas próprias políticas climáticas, que foram estabelecidas para guiar o país um futuro de emissões zero de gases de efeito estufa.

2. Expansão da capacidade de geração renovável, transmissão e novas tecnologias

Como relatado anteriormente, a definição de políticas públicas e diretrizes setoriais norteadoras é um importante requisito para apresentar aos investidores, sociedade e demais agentes interessados, as expectativas do governo e dos órgãos formuladores para o desenvolvimento nacional.

Do ponto de vista econômico, redirecionar os subsídios atualmente destinados ao carvão para o desenvolvimento de energias renováveis, principalmente investimentos de melhoria da capacidade do grid pode proporcionar benefícios substanciais a longo prazo. Investir em infraestrutura para energias limpas não só reduzirá as emissões de carbono, mas também posicionará o Brasil de forma competitiva no mercado global de energia sustentável, argumento esse sempre trazido pela ABHIV.

Nessa ótica, o Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) 2034 aborda o horizonte de dez anos a partir de 2024 e dá especial atenção à necessidade de interligação entre a política energética e as ações ligadas às mudanças climáticas e à transição energética. Nesse estudo, a inserção de novas tecnologias e demandas, como o desenvolvimento de projetos hidrogênio verde, Datacenters, baterias, e a eletrificação das frotas são itens de destaque e de influência no planejamento setorial.

As redes de transmissão são essenciais para atender à crescente demanda energética, promover interligações regionais e ampliar o uso de fontes renováveis, aproveitando a complementaridade da matriz energética nacional. Especificamente para o Sul, o PDE prevê um aumento de 4GW na capacidade de importação, com 2GW a partir de 2032 e mais 2GW a partir de 2036. Além disso, o PET/PELP de 2024 projeta investimentos de R\$15,3 bilhões para expandir as linhas de transmissão e subestações, o que corresponde a 46% dos recursos previstos para o período de 2028 a 2039.

Dessa forma, dentro de 15 anos, período de prorrogação proposto para o Complexo Termelétrico Jorge Lacerda (CTJL), espera-se ter uma rede de transmissão mais robusta e interligada, reduzindo a necessidade de despacho de energia por demanda termelétrica.

Destaca-se, também, que o subsídio às usinas a carvão pela Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) ainda é significativo, somando R\$1,2 bilhões em 2024, 8% a mais que em 2023, com quase R\$1 bilhão destinado ao CTJL, em um cenário de transição, mostra-se contraproducente a manutenção de subsídios para fontes altamente emissoras de GEE.

Por toda a argumentação, entendemos perfeitamente factível que o planejamento energético brasileiro dispense investimento em novas usinas a carvão, optando-se por alternativas renováveis que atualmente têm, inclusive, sofrido restrições de despacho devido ao *curtailment*, bem como as opções de serviços ancilares relacionados à segurança energética que atualmente nossa matriz é capaz de oferecer.

3. Obrigação de apresentação prévia de Plano de Descomissionamento para o Complexo Termelétrico Jorge Lacerda

A elaboração e apresentação de plano de descomissionamento para usinas de carvão, como o Complexo Termelétrico Jorge Lacerda, é essencial para o planejamento de uma transição energética baseada em um cronograma detalhado, com definição de metas claras e etapas bem delineadas, de modo que todos os stakeholders possam se ajustar às mudanças necessárias.

Paralelamente, é essencial que também seja considerado a apresentação de programa de requalificação profissional dos trabalhadores atualmente empregados nas usinas a carvão, para garantir que esses profissionais possam ser integrados a novos setores da economia verde, minimizando o impacto social do futuro fechamento das plantas de carvão e alinhando as ações ao planejamento de uma transição energética como política pública já decidida. Por fim, a implementação de um plano de descomissionamento sólido e bem articulado para o carvão reflete um compromisso inabalável com as metas climáticas estabelecidas pelo Brasil.

Conclusão

Há anos o mundo discute e estabelece ações em prol do clima e da desaceleração do aquecimento global. Em muitos desses debates, o Brasil apresentou-se como destaque tanto pela diversidade natural como pelo seu potencial de se tornar uma economia verde e não emissora.

A alta renovabilidade da matriz elétrica brasileira e a publicação de políticas e Planos como a Política Nacional do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono e a Política Nacional sobre Mudança do Clima são exemplos do compromisso brasileiro em prol da sustentabilidade, inovação e resiliência climática que favorecem o cumprimento dos acordos internacionais e fomentam a relevância do país nas mesas de discussões.

Apesar desse cenário promissor, a existência de políticas nacionais de fomento a usinas termelétricas movidas a carvão revela um desencontro entre o entendimento global sobre essa indústria e as ações do Brasil. Em 2024, os consumidores deverão arcar com mais de R\$1 bilhão em subsídios a essa fonte altamente emissora de GEE, prejudicial à saúde da população e de tecnologia que está declínio mundialmente.

A ABIHV concorda e defende a implantação de políticas transparentes para adaptação e requalificação para as pessoas envolvidas na produção do carvão e de descomissionamento do CTJL em tempo inferior ao estipulado em Lei.

Como apontado pelo planejamento setorial, já é esperada a retirada gradual de usinas termelétricas movidas a combustíveis fósseis da matriz nacional. Para os próximos anos é esperado o aumento da rede de transmissão e a inserção de novas tecnologias e demandas em todo o território. As fontes eólica e solar ganharão ainda mais protagonismo e serão ainda mais importantes para a descarbonização da matriz, a viabilidade de projetos de armazenamento e exportação de produtos e subprodutos verdes, como é o caso do Hidrogênio.

Diante desse contexto, a decisão de prorrogar a vida útil do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda contradiz o esforço coletivo feito pela sociedade brasileira em direção a uma economia mais sustentável.

Sendo o que importava considerar, nos subscrevemos atenciosamente.

Associação Brasileira da Indústria do Hidrogênio Verde – ABIHV